



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 03/2025.

AO PROJETO DE LEI Nº 21/2025.

ALTERA A LEI Nº 892, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º, da Lei nº 892, de 03 de dezembro de 2010, que “institui o benefício auxílio alimentação a ser concedido aos servidores estatutários do município de vargem alta, em atividade na administração direta, autarquia e fundações, e dá outras providências”, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O benefício mencionado nesta Lei será concedido mensalmente, através de auxílio alimentação, no valor de:

I - R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), para os servidores comissionados, contratados, celetistas e eletivos ativos;

II - R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para os servidores estatutários ativos;

§1º Os valores referem-se à frequência integral ao trabalho, considerando as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades orçamentárias.

§2º O pagamento do auxílio alimentação será feito até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês.

§3º O valor do Auxílio Alimentação dos Conselheiros Tutelares é equiparado ao dos servidores estatutários ativos, nos termos do art. 52, VII, da Lei Municipal nº 886, 18 de novembro de 2010 e alterações.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao de sua aprovação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 10 de junho de 2025.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 32500325003400350035000540052004100a55loadmdujassnalooriginalme
confir2020P212000q206tuquadrinsistaufra de Oluvas e Oluvas Paulinas Brasil CP-
Brasil



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

MENSAGEM

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E EXCELENTÍSSIMOS
SENHORES VEREADORES.**

Encaminhamos à Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Pares na Câmara Municipal, o apenso Projeto de Lei que **“ALTERA A LEI Nº 892, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2010”**.

O envio do presente tem por objetivo aumentar o valor do vale concedido aos servidores, valorizando os serviços prestados.

Salienta-se que embora para os servidores eletivos ativos se proponha o valor de R\$250,00, por força do art. 52, VII, da Lei Municipal nº 886, 18 de novembro de 2010 e alterações, os Conselheiros Tutelares têm o mesmo valor dos servidores efetivos ativos.

Logo, houve a inclusão do §3º, no art. 2º, para extirpar qualquer tipo de dúvida quanto a essa questão.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável, **solicitando sua tramitação nos termos do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.**

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Vargem Alta-ES, 10 de junho de 2025.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

Rua Zildio Moschen, 22, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28) 3528-1900

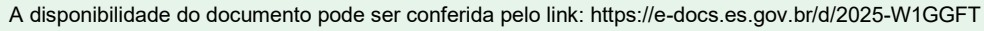
CEP: 29295-000

CNPJ 31.723.570/0001-33



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 35008350033400350037400350005400520641003500admgdaasnaooriginalme
confirma 200P21200200e 200tupquadrinsistaufra de Onivas e P Onivas Paulinas BRGBRasilCP-
Brasil

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL
SGAPM - GAPM - PMVA
assinado em 10/06/2025 14:57:48 -03:00



[illegible]



Autenticar documento em <https://vargemalta.splonline.com.br/autenticidade>

como identificador **3500335003340003500334003500054005400641006500admgdaasnaoalofgraheme**
confir.2020P272020Qe206tupqudinstestatuafds Ontava P Chinas Paulinas BRGB Brasil CP-
 Brasil

assinado em 09/06/2025 14:46:57 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 09/06/2025 14:46:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por CARLA REGINA LEANDRO MACHADO (OFICIAL ADMINISTRATIVO - GERH - SEMAD - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-JDLJV6>

[illegible]





CONSIDERANDO a correta interpretação do Art.16 da Lei de Responsabilidade Fiscal está na expressão aumento de despesa disposta no seu caput – in verbis.

I- estimativa do impacto orçamentário no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes;
II- declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Elabora-se o presente relatório de impacto, que visa atender ao disposto na Constituição Federal (Art. 169) e Lei Complementar nº 101/00 (Art's. 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente.

Desta forma, para o **exercício financeiro de 2025**, com base na Lei Orçamentária anual, temos uma receita corrente líquida projetada para o exercício de no montante de **R\$ 124.746.534,73**(cento e vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais, e setenta e três centavos) e o total dispendido pelo projeto de lei em questão será de aproximadamente **R\$ 1.483,800,00** (Um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), conforme expectativa de gasto apresentada(doc. 2025-0P132T e 2025-JDJ3GS), correspondendo a **0,0119%** da receita corrente líquida prevista para o exercício.



Para o ano de **2027**, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estima que a receita corrente líquida atinja o montante **R\$ 156.482.053,16**(cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, cinquenta e três reais e dezesseis centavos) e o total dispendido pelo projeto de lei em questão será de aproximadamente **R\$ 1.557.990**(Um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil e novecentos e noventa reais) considerando um crescimento de 5,00%, correspondendo a **0,0100%** da receita corrente líquida prevista para o exercício.

ANO	RCL	%
2025	124.746.534,73	0,0119
2026	139.716.118,89	0,0106
2027	156.482.053,16	0,0100

CONSIDERANDO que poderá ser irregular, não autorizada e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda às condições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Informamos que conforme declaração de adequação que segue em anexo, no tocante às metas fiscais e as metas constantes do plano plurianual, os valores objeto de estudo deste impacto não irá prejudicar diretamente as metas de resultados fiscais

